

Pela manutenção dos investimentos públicos

Dionísio Dias Carneiro

O programa do Governo para 1983, preparado às pressas com a finalidade de comprovar ao FMI e aos credores internacionais que existe uma trajetória viável para o país, compatível com o pagamento de US\$ 9 bilhões de juros, objetiva a obtenção de um saldo comercial de US\$ 6 bilhões. Tal saldo deverá ser conseguido a partir de um crescimento de US\$ 3 bilhões nas exportações e de uma queda de US\$ 2 bilhões nas importações, essencialmente de equipamentos e petróleo. Dado o otimismo implícito na projeção de um crescimento real das exportações da ordem de 7%, em um ano em que as estimativas mais otimistas apontam para expansão não superior a 3% nas exportações mundiais, a aderência estrita à meta relativa ao saldo comercial dependerá, por fatalidade aritmética, da capacidade de se contrairem as importações em termos reais de mais de 16%. Por dever de ofício, ao anúncio dos primeiros números oficiais que davam a dimensão das dificuldades que enfrentará nossa economia no corrente ano, meus colegas do Departamento de Economia da PUC-RJ puseram-se a examinar a que consequências as políticas anunciadas poderiam trazer para o nível de atividade econômica no ano de 1983, bem como para a trajetória de ajustamento estrutural dos anos seguintes. Os resultados, nada otimistas, estão sumariados em volume recentemente publicado pela Paz e Terra, intitulado *Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural*, e apontam para uma queda do PIB superior a 5% neste ano, com sérias consequências para os anos seguintes, caso a estratégia de ajuste penalize excessivamente a capacidade de investir.

Nos últimos meses, uma onda generalizada de pessimismo foi ali-

mentada pela ruptura do mercado internacional de crédito, e agravada pelo desencontro das informações divulgadas e pela dificuldade de se interpretarem os dados disponíveis, na ausência de anúncios mais precisos quanto às medidas que serão efetivamente tomadas para que se atinjam as metas pretendidas.

Ao apagar das luzes de 1982, os orçamentos das estatais foram anunciados com um tom de otimismo. Poderíamos respirar tranqüilos em 1983, pois o ajuste requerido para pôr em ordem as contas externas do país recairia basicamente sobre as estatais e não sobre o "resto da economia". Segundo a lógica dos argumentos apresentados, cortam-se em 20% reais os investimentos públicos e "abre-se espaço" para a retomada dos investimentos privados. Podemos acreditar nisso?

A retórica predominante tem insistido serem as empresas governamentais os vilões das mazelas por que passa o país. A divulgação periódica dos números alarmantes que têm assumido seus déficits, nada mais natural que o Sr Struckmeyer e seus auxiliares tenham saído do país com a impressão de que o investimento público não está deixando espaço para o setor privado, e que tenha voltado para casa tranqüilo de que nos faz um benefício dando apoio a um plano que não só corrigirá contas externas, como nos aliviará das peias que nos têm impedido de crescer desde 1980. Talvez tenha até sido convencido de que os absurdos juros pagos pela empresa privada brasileira seja fruto do excesso de investimento público!

Ora, não há dúvida de que nos últimos anos as empresas estatais não têm conseguido manter o grau de autofinanciamento dos seus investimentos observado nos anos 70. Isso, no entanto, não implica em considerá-las deficitárias, como argumenta

Rogério Weineck no livro mencionado.

Podem ser apontadas algumas razões para esta queda na capacidade de autofinanciamento. Em primeiro lugar, o incremento da capacidade exportadora e a aceleração da substituição de importações na área energética e de não ferrosos ampliou a necessidade de investimentos públicos, que têm caráter essencialmente complementar e que, portanto, ao invés de competir, ajudam a viabilizar as inversões privadas em áreas prioritárias de expansão da economia.

Em segundo lugar, depois de uma fase em que as empresas estatais foram mobilizadas para captar empréstimos no exterior, independentemente de suas necessidades de divisas, como parte do esforço para fechar o Balanço de Pagamentos, vieram-se penalizadas em seus fluxos de caixa pela necessidade de honrar compromissos altamente inflacionados pelas elevações dos juros.

Não se justifica, assim, que se contraiam os programas de exploração da Petrobrás ou da Vale do Rio Doce, por exemplo, quando estas deveriam ser resarcidas pelo Governo federal, pelos custos financeiros que foram obrigados a assumir ao servirem de instrumento de captação de empréstimos acima de suas necessidades, ou quando aumentaram seu endividamento total porque lhes foi bloqueado o acesso à captação de poupanças no mercado interno de capitais.

Para superar os obstáculos criados pela asfixia cambial temos de manter os investimentos. Isto é impossível em clima de incerteza, juros elevados e desarticulação de decisões públicas e privadas. Sem viabilizar o crescimento, não há saída desse beco.

Dionísio Dias Carneiro é professor do Departamento de Economia da PUC-RJ